

amc P-6

062

CONSTITUINTE

Líderes do PMDB começam a definir o texto da Carta

por Francisca Stella Fogá de Brasília

A primeira versão de projeto integral da nova Constituição, que está sendo montada pela Comissão de Sistematização da Constituinte, deverá manter o Supremo Tribunal Federal tal como está estruturado hoje. Deverá também prever instrumentos destinados a democratizar o processo de concessões de emissoras de rádio e televisão, através da criação de um conselho de comunicação.

O presidente da República teria dever de ouvir o conselho para autorizar a concessão e a decisão seria submetida à aprovação do Congresso Nacional.

As duas definições resultaram de uma longa reunião na noite de ontem entre as figuras-chaves da atual etapa da Constituinte: o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte; o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte; o deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização; Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado e coordenador do grupo de quatro relatores auxiliares do PMDB composto por Cabral; e os três outros relatores auxiliares, Nelson Jobin (RS), Wilson Martins (MS) e José Ignácio (ES).

De acordo com as informações do senador José Ignácio, ao deixar a reunião, ficou também definido ontem que o projeto integral

Os empresários debatem

por Beti Copetti de Porto Alegre

Mais de cem associações comerciais e industriais do Rio Grande do Sul reúnem-se hoje no Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (CIERGS) para analisar as conquistas trabalhistas consubstanciadas no relatório da Comissão de Ordem Social da Constituinte. Deste encontro deve sair "a deliberação a respeito do que os empresários devem fazer", disse ontem a este jornal o presidente do CIERGS, Luiz Carlos Mandelli. E adiantou: "Vamos demonstrar aos constituintes a união

de dos empresários em função das nossas idéias".

No sua opinião, "a estabilidade é inaceitável, e representa um retrocesso". Sobre a jornada de 40 horas, Mandelli entende que é um ponto a ser negociado entre patrões e empregados. O texto certo, acredita ele, seria "até 48 horas", o que daria margem à negociação. "O País é muito grande, com necessidades distintas, por isso, o Estado não pode mais querer interpretar o que a sociedade quer. A sociedade é que deve conquistar". Ele afirma que uma jornada de trabalho menor "é um incentivo à roboti-

zação e macanização das empresas".

Mandelli ainda critica a prescrição decimal — "levar dez anos para requerer uma ação trabalhista é o cúmulo, haverá impossibilidade de provas, e o juiz terá de escolher entre a palavra de um testemunha e outra". O salário mínimo unificado — "uma estupidez, num País tão grande", e o direito irrestrito de greve. "Há setores em que não pode haver greve, e os trabalhadores têm de saber antes de optar por trabalhar num deles, que são serviços essenciais, nos quais não poderá fazer greve".

PRESIDÊNCIA

Sarney vai pagar promessa

por José Antônio Severo de Brasília

O presidente José Sarney vai pagar uma promessa, quarta-feira, quando for ao santuário do Bom Jesus do Matozinhos, em Concelção do Mato Dentro, Zona da Mata de Minas Gerais. Mas não dele, e sim da mãe do governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, dona Araci. Ela fez uma promessa de levar o presidente da República na festa dos duzentos anos do santuário. Sarney vai ajudar a amiga a alcançar sua graça.

O presidente isistiu que não quer saber de política na sua viagem ao santuário mineiro, que amanhã estará sendo elevado à categoria de basílica, por ato do papa João Paulo II. Mas cinco bispos católicos foram convidados pelo presidente a integrar sua comitiva.

Segundo fontes do Planalto, será inevitável, durante a viagem a bordo do Boeing presidencial, que os bispos sejam sondados sobre as posições da Igreja ante a problemática nacional.

Os bispos não têm representação formal do clero católico, pois estão na comitiva por motivos sentimentais ou de jurisdição sobre a nova basílica. Entretanto, eles representam as diversas correntes da hierarquia. Como o governador José Aparecido, o bispo de João Pessoa, Dom José Maria Pires, conhecido também por Dom Pelé, é natural da cidade. O bispo de Londrina (PR), Dom Geraldo Majela, nasceu nas proximidades de Concelção do Mato Dentro, na localidade de Datas. O arcebispo de Uberaba (MG), Dom Benedito de Hulhoá Vieira, irá como pregador. Ele é considerado o maior orador sacro da Igreja Católica no País. Os demais estarão na comitiva por motivos protocolares: Dom Serafim Fernandes de Araújo é o arcebispo de Belo Horizonte, o primaz de Minas; e o bispo de Brasília, Dom Geraldo Avila, é o pároco do presidente, que atualmente reside na sua jurisdição.

O presidente da República é considerado, dentro da Igreja, um bom católico. No entanto, Sarney tem evitado discriminar as demais religiões e seitas que se professam no País. Tanto que é a terceira vez que vai, como romeiro, ao santuário do Bom Jesus do Matozinhos. Entretanto, é a primeira visita de um presidente no poder a esse lugar santo dos católicos; centro de peregrinações desde o século XVIII. O falecido presidente Juscelino Kubitschek foi várias vezes ao santuário, mas nunca em seus cinco anos de governo (1955-60).

CÂMARA FEDERAL

PDT já tem assinaturas para CPI sobre a NEC

por Zanoni Antunes de Brasília

O deputado Brandão Monteiro, líder do PDT na Câmara, concluiu ontem a coleta das 174 assinaturas necessárias para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar "irregularidades na cessão do controle acionário da Nec do Brasil para a holding de propriedade do senhor Roberto Marinho, o envolvimento e a ação do Ministério das Comunicações, das empresas do grupo Telebrás e da Nec Corporation do Japão na referida cessão".

Segundo a justificativa do requerimento de convocação da CPI, o deputado Brandão Monteiro rememora que nos primeiros dias do atual governo foi decretada a intervenção extrajudicial no conglomerado financeiro Brasilinvest, grupo econômico comandado pelo empresário Mário Garnero. Afirma ainda que mesmo após a liquidação extrajudicial, o Brasilinvest conseguiu manter o controle acionário da Nec do Brasil S.A., apesar das pressões do sócio japonês, Nec Corporation.

De acordo com a justificativa do líder do PDT, em junho do ano passado a Nec do Brasil tinha mais de CZ\$ 100 milhões a receber da Telebrás e de suas subsidiárias. A partir daí, assinala o deputado, caíram as encomendas do setor privado e o valor das ações da Nec do Brasil na bolsa de valores. "Três meses após, controlador da Nec do

Brasil, o Brasilinvest, capitula cedendo suas ações para a holding de propriedade do sr. Roberto Marinho", explicou Monteiro.

Relata ainda o líder pedetista que concluída a cessão do controle acionário, a Telebrás e suas subsidiárias iniciam a normalização dos pagamentos, com novas encomendas feitas à Nec, sob novo controle acionário. "Coincidentemente, encerradas as negociações, a TV Bahia, de propriedade da família do ministro das Comunicações, torna-se a mais nova retransmissora da rede Globo, do sr. Roberto Marinho."

Essa operação, prosseguiu Brandão Monteiro, "revela a escabrosa interferência e interligação de órgãos e autoridades da República com poderosos grupos econômicos monopolistas nacionais que vivem em simbiose com empresas estrangeiras".

Brandão Monteiro revelou que a CPI pretende investigar ainda a situação em que ficou a Nec, uma vez que, conforme afirma, a empresa de Roberto Marinho tem hoje o controle acionário e o empresário Mário Garnero ficou com as ações sem direito a voto. "Foi de graça. Pelo menos até hoje (ontem) não há nenhum documento que comprove o pagamento na contabilidade da Nec", denuncia Monteiro. O líder pedetista conclui afirmando que a CPI proposta é um meio eficaz de se "investigar esses casos escabrosos para que possam ser apontados à Justiça e à opinião pública".

forma agrária e sistema de governo.

Processados nos computadores do Senado Federal, os 550 artigos aprovados nas Comissões Temáticas da Constituinte resultaram "em 20 metros de textos incompatíveis", observou o senador Fernando Henrique Cardoso, ao explicar as dificuldades do trabalho de sistematização.

A Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, por exemplo, aprovou a criação de um tribunal constitucional, com atribuições que incluem algumas das atualmente exercidas pelo Supremo Tribunal Federal. Outras duas comissões, porém, reafirmaram os atuais poderes do STF.

Sobre reforma agrária, os membros da Comissão de Sistematização precisarão adotar, nesta etapa, o texto aprovado pela Comissão da Ordem Econômica, que dá amplas garantias aos proprietários rurais e só admite desapropriações de "terras improdutivas" e em áreas prioritárias. Mas

CONGRESSO

Bresser vai debater plano com parlamentares

por Jurema Baesse de Brasília

O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, estará na Câmara dos Deputados na próxima terça-feira para explicar o novo Plano Cruzado. Bresser atenderá a cinco convocações feitas por parlamentares antes mesmo da decretação das novas medidas.

A informação foi dada, ontem, pelo deputado Ulysses Guimarães, que esteve com Bresser para acertar a sua ida ao Congresso.

Segundo explicou Ulysses, como em julho haverá recesso para a Câmara e o Senado, mas não para a Constituinte, a próxima terça-feira é o último dia possível para o ministro acatar a convocação neste semestre. "Ainda falta acertar alguns detalhes burocráticos que deverão ser definidos nesta semana", acrescentou.

O objetivo da convocação, segundo ele, é para discutir o novo plano e a situação econômica do País. Ao ser indagado se o plano não estava propiciando arrocho salarial, Ulysses as-

sinhalou que os ministros alegam que não há. Perguntado sobre sua posição pessoal, o deputado preferiu não responder. Segundo assinalou, "o plano foi apresentado para tirar a Nação de uma gravíssima situação, e todos desejam que o plano dê certo". Sobre as reações diversas sobre o plano, de outros parlamentares, Ulysses afirmou: "O Congresso é livre, têm havido críticas e defesas".

Deputada rompe e acusa

A deputada constituinte Cristina Tavares (PMDB/PE), relatora da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, disse ontem, em Recife, que se sente "live de qualquer compromisso" com o governo federal em virtude de pressões, segundo ela, exercidas pela Presidência da República junto aos constituintes.

Cristina Tavares enumerou três motivos concretos para formalizar sua decisão de romper com o presi-

dente José Sarney. O primeiro deles foi a exclusão, pela Assembléia Nacional Constituinte, de propostas formuladas pelo grupo "progressista", entre elas as questões do ensino público e gratuito, da formação do Conselho Nacional de Telecomunicação e da reserva de mercado para a informática. Nesses itens, ela atribui a derrota a "articulações montadas a partir do Palácio do Planalto, envolvendo parlamentares do centro democrático e da frente liberal", conforme apurou a Agência Globo.